Notícias do dia 02 de maio

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

'Vou conversar com todos os deputados para buscar o voto favorável à extinção do TCM

TRIBUNA DO PLANALTO

Qual avaliação o senhor faz da gestão do combate à pandemia de Covd-19 em **Goiás** e no Brasil?

Lissauer Vieira A situação que vivemos é extremamente emergencial e é uma operação de guerra. A pandemia pegou todo mundo de surpresa, e muitos governantes, prefeito, governadores e até mesmo o governo federal, na ânsia de acertarem, muitos acertaram, mas também erraram. A nível estadual, o governador Ronaldo Caiado, como médico, é uma pessoa que se preocupa com a vida e com a saúde das pessoas. Em **Goiás** tinha uma questão muito preocupante. No começo da pandemia, um ano atrás, tínhamos muito poucos leitos hospitalares e de UTI. Apenas na capital e região metropolitana. Para estruturar essa saúde, e eu falo com conhecimento de causa porque essas matérias todas passaram aqui na Assembleia Legislativa, se demora um tempo. Nós aprovamos a esta-dualização de oito hospitais regionais, aprovamos recursos na ordem de mais de R$ 500 milhões em várias oportunidades para o governo do estado poder estruturar os hospitais. Mesmo assim, agora na segunda onda, teve que se aumentar leitos de UTI, e tivemos um momento de muita dificuldade, principalmente no final de fevereiro e em março. Eu avalio que muitas pessoas não obedeceram às regras e às orientações das autoridades sanitárias, como higienização, distanciamento social e uso de máscaras, e, ainda nesse momento, depois de um ano de pandemia, pessoas fazendo festas clandestinas, descumprindo protocolos e regras. Isso nos deixa extremamente preocupados. Precisamos urgentemente, e isso é o programa nacional de vacinação, é o governo federal investir forte em aquisição de vacinas, é o único jeito de sair dessa pandemia de uma vez por todas. Alguns países, como os Estados Unidos, que sofreu muito com a pandemia, igual ao Brasil, que tem uma população maior, voltando, aos poucos, à normalidade. Ainda estamos atrasados em relação a isso. Precisamos de investimento em massa na vacina para podermos sair o mais breve possível dessa situação de calamidade.

No combate à pandemia, havia sempre a contradição entre a proteção à saúde e a preservação da economia. O senhor, como representante do setor produtivo, avalia que as medidas preventivas tenham impactado mais que necessário na economia e acima do que o setor produtivo poderia suportar?

Depende do setor. O setor de construção civil teve um boom no período da pandemia; o setor de alimentos, da mesma forma; de produção primária, grãos, agronegócio, até mesmo por conta da demanda e também da alta do dólar, teve um crescimento muito grande. No primeiro momento, enquanto tínhamos o auxílio emergen-cial de R$ 600, do governo federal, a economia local dos municípios, aquele comércio do bairro, ela circulou e girou com esse recurso que foi injetado nas pessoas, e automaticamente circulou em todos os estados e municípios do Brasil. Alguns setores saíram muito mais prejudicados, do turismo, da gastronomia, bares, restaurante, do transporte escolar, as escolas, eventos, que tiveram que paralisar, infelizmente. Não é que o governo está fazendo mal para esses setores. A realidade é que a situação não permite fazer um evento, em determinados momentos obrigou os shop-pings centers e algumas outras atividades econômicas a fecharem. O difícil é isso: pela situação que estamos vivendo, equilibrar economia e saúde, e as duas são essenciais, é uma tarefa complicada. Não podemos acusar governo A ou B por algum problema que aconteceu. Precisamos encontrar esse equilíbrio. Se abre demais, lota os hospitais; se fecha demais, prejudica a economia. Como equilibrar isso? Eu acho que através da prevenção, da população ser mais obediente, entender melhor a situação que estamos vivendo e respeitar de fato o distanciamento social e o uso de máscaras, mas sempre tem aqueles que desobedecem, e isso prejudica muito e faz com que os governantes, preocupados com a saúde, tomem medidas mais restritivas.

Os deputados aprovaram a liberação de R$ 60 milhões para a aquisição de vacinas. Como está esse processo?

Até hoje não conheço nenhum estado ou município que tenha comprado vacina e ela tenha chegado. O governo federal tem o plano nacional de imunização, tem distribuído as vacinas para os estados, que

repassam para os municípios. Tudo ficou muito na fala, na promessa e no protocolo de intenções, mas não existe vacina. Qualquer governante ou empresário que pudesse comprar vacina, estaria comprando. Mas não existe oferta. Temos que aguardar a chagada dessas vacinas que estão sendo prometidas, mas elas não existem ainda.

Como avalia a proposta do deputado estadual Antônio Gomide de criação de um auxílio financeiro pago pelo governo estadual.

Primeiro temos que avaliar a questão fiscal do estado. O governador Ronaldo Caiado é um governador de responsabilidade e não vai fazer compromisso sem ter condições de cumprir. Obviamente que ele olha com muita atenção para esse caso, sabemos que muitas pessoas estão passando necessidade, tanto é que o governo adquiriu, na primeira onda, mais de 500 mil cestas básicas e, agora, está adquirindo novamente mais de 200 mil, se não estou enganado, para distribuir para a população. Aprovamos hoje [quarta-feira, 28] um programa do **Goiás** Social, através da OVG e Secretaria da Desenvolvimento Social, liderado pela primeira-dama, Gracinha Caiado, que vai para dentro das casas ajudar as pessoas em uma profissão, em uma aptidão econômica, a ganharem dinheiro com uma profissão, que seja como costureira, como criador de frango, de suíno, venda de ovos, criação de peixes, numa padaria, em pequenos empreendimentos e até mesmo dentro da própria casa para diversificar sua atividade e ganhar uma renda extra, com ajuda do dinheiro do estado, do Tesouro estadual. Um programa de transferência de renda tem que ser concebido com muita responsabilidade e acho que o governo tem isso em seu radar, obviamente, e está trabalhando para poder conseguir. Porém, precisa ver a situação fiscal e econômica do estado para poder encaminhar um projeto de lei que seja possível ser cumprido, e **Goiás**, como é de conhecimento público, é um dos quatro piores estados na questão econômica e fiscal. Isso é uma herança que o governador assumiu e para poder equilibrar as finanças e fazer os investimentos necessários, investir no social, cuidar das rodovias, cuidar da saúde e da educação precisa ter responsabilidade com o recurso público. O governo está tentando fazer isso para equilibrar todas essas coisas e quando tiver um auxílio, um programa de transferência de renda, que seja duradouro e que se possa cumprir.

Como o senhor avalia o projeto que inclui grupos e líderes religiosos no grupo prioritário de vacinação?

Grupos prioritários e essenciais são todos. Eu quero ser, você quer ser, o médico, o psicólogo, as pessoas com comor-bidades. Não tem como colocar todo mundo como prioridade e não podemos ser irresponsáveis. E eu faço uma comparação: se formos ver prioridade, aquela pessoa que busca o lixo na porta da nossa casa, o gari, pessoas que varrem rua, talvez seja mais prioridade que os que falei aqui. Temos que seguir o plano nacional de imunização e não podemos politizar a vacina, e eu acho que por idade é a melhor forma de se chegar até o fim e vacinar todas as pessoas.

O senhor é favorável à extinção do TCM. Acha que o projeto avança na Casa?

O TCM é um órgão em extinção, apenas quatro unidade da federação têm TCM e os outros funcionam perfeita- mente bem. As câmaras municipais têm o papel de fiscalização e os técnicos do TCM ficaram à disposição, alguns do **TCE**, outros do Poder Executivo e poderão fazer esse trabalho. Eu não vejo motivo para falarmos que o TCM é essencial na vida das pessoas. Essencial na vida das pessoas é elas terem dignidade para ter saúde, educação. Esses recursos do TCM, se ele for excluído - quem vai decidir é a maioria dos parlamentares, precisam de 25 votos para ser excluído - tendem a ser destinados para outros fins. E sempre falei que era a favor, não podia me manifestar porque não existia uma proposta protocolada. A partir que tem uma proposta protocolada com 26 assinaturas, eu declaro meu voto favorável e irie trabalhar para essa matéria prosperar e ter a votação aprovada na Assembleia Legislativa. Conversei com poucos deputados ainda, mas vou conversar com todos para buscar o voto favorável à extinção do TCM.

O que vem a ser o programa Gera **Goiás**? É papel do parlamento gerar emprego?

É papel da Assembleia tudo que envolve as pessoas e que toca na vida do cidadão. Nós aprovamos leis aqui e leis que impactam na vida das pessoas. A Assembleia recebe pessoas de todos os 246 municípios do estado e temos demanda de geração de emprego, atração de novas empresas, formação profissional das pessoas. Eu sou representante do setor produtivo, um setor que tem muitas demandas, e muitos municípios precisam de mão de obra qualificada. A Assembleia vem com um programa, em parceria com entidades do setor produtivo, com a prefeituras, câmaras municipais e governo estadual, que vai levar os municípios a

descobrirem uma aptidão econômica ou até mesmo profissionalizar e capacitar os cidadãos. Vamos fazer projetos pilotos em municípios, mas obviamente que a pandemia tem atrapalhado, mas a ideia é levarmos as entidades representativas, junto com as prefeituras e governo do estado, levar cursos profissionalizantes, buscar empresas que possam investir nessa cidade, qualificar as pessoas e gerar emprego e renda. A Assembleia será uma ponte para isso e é nosso papel beneficiar os municípios e a nossa população.

O programa **Alego** Ativa, estimado em R$ 1,8 milhão, deve ser retomado após a pan-demia. Quais os benefícios que o programa traz para os municípios?

É um programa que foi concebido na minha gestão e que é um braço do Inter- câmaras. Fizemos termos de cooperação com entidades do setor produtivo, fundações, servidores públicos, de licitação, de todos os segmentos na área pública para levar atividades culturais para a sociedade; através do termos de cooperação com a Fundação Banco de Olhos, levar atendimento oftalmológico; com universidade levar atendimento na área de odontologia; com o Sistema S levar cursos profissionalizantes para a população; com outras entidades, como a Fieg, Faeg, Fecomércio, levarmos oportunidades para a população; ouvir as demandas das lideranças políticas dessas cidades e da sociedade. Nos anos de 2019 e nos dois meses de 2020 conseguimos atender mais de 27 mil pessoas em 9 edições do **Alego** Ativa. Nossa programação era aumentar para duas edições por mês, mas veio a pandemia, nós paramos e o contrato venceu. A Assembleia entra com toda a estrutura física e as entidades cooperadas com a Assembleia entram com o trabalho de atendimento à população. A primeira licitação foi orçada em quase R$ 1,1 milhão e na licitação saiu por R$ 490 mil. A licitação atual foi orçada em R$ 1,8 milhão porque tudo subiu muito e porque vamos fazer duas edições por mês. A licitação ainda não aconteceu e, com certeza, esse valor deve cair muito. Outra questão: estamos fazendo registro de preço da estrutura para ocorrer o evento e, se for necessário, ser usado. Eu enxergo o Legislativo como o poder mais próximo da sociedade, aqui está aberto a todos.

Mas o Poder Legislativo tem um papel constitucional, que é elaborar leis e fiscalizar o Poder Executivo. Esses dois programas não fogem desse papel?

Não foge porque quem faz isso não é a Assembleia, são os parceiros que têm cooperação com a Assembleia.

Mas o objetivo dos programas, geração de emprego, capacitação profissional, não extrapola a função do parlamento?

Não foge. Vamos com os parlamentares ouvir a sociedade, vamos ver a rodovia, a estrada, a situação da saúde pública, do asfalto, da educação, visitar uma escola, ouvir o vereador e ouvir o prefeito através de audiências públicas.

Esse era o Intercâmaras, um programa pequeno que ouvia as pessoas. A Assembleia tem força, tem parceiros, e esses parceiros vão junto com a estrutura deles, com os serviços que eles já prestam, agregam e vira o **Alego** Ativa. É uma junção de forças. Se eu posso ir até lá ver como está o município - e é papel do parlamentar, aproximar a Assembleia do cidadão - e junto levar todas essas estruturas, por que não vou fazer e beneficiar a população dessa cidade? Não fugimos do que temos como função, constitucionalmente falando, porque precisamos estar no interior, visitando cada município.

Qual o custo desses programas? Há recursos específicos para eles?

Esses programas não têm custo. As entidades já fazem e os bancam. Elas têm termo de cooperação com a Assembleia e vão com a estrutura delas. Não tem aplicação de recursos do Poder Legislativo e, sim, das entidades que já prestam esse serviço.

A nova sede da **Alego** será concluída até o fim do ano. Já foram estimados o custo da transferência? O mobiliário será trocado?

Nossa expectativa é que a mudança ocorra até fevereiro do ano que vem. O custo está sendo gestado ainda, estamos fazendo por lotes de licitações e aconteceu apenas uma, de cadeiras, e eu não gostei e acho que não vou aceitar porque são cadeiras muito ruins. O que puder aproveitar daqui [atual sede], iremos aproveitar, e o que não der para aproveitar vamos doar para alguma entidade.

O projeto do senhor é se candidatar a deputado federal, mas o senhor é lembrado como vice de Caiado. Como vê essa possibilidade?

Estou trabalhando, buscando viabilizar minha candidatura a deputado federal. Isso são questões do meio político e da imprensa. Eu nunca conversei com o governador e sempre deixei ele muito tranquilo em relação a isso. Fico feliz do meu nome ser cogitado porque se está sendo cogitado é porque estamos fazendo um bom trabalho. Essa questão de definição de vice, com respeito a todos que estão sendo lembrados, é uma questão pessoal do governador e uma situação de momento e de grupo político. Não podemos antecipar as coisas, eu nunca iriei constranger o governador em relação a isso. Quero ser parceiro do Estado de **Goiás**, sou parceiro do governador, caminharei com ele nas eleições de 2022, independentemente do cargo que irei disputar.

Mas há um impasse em relação ao apoio que o governador dá à reeleição do presidente Jair Bolsonaro e o fato de o PSB ser oposição ao governo federal.

Eu nunca fui oposição ao presidente Jair Bolsonaro. Meu partido a nível nacional tem postura de oposição a ele. A minha postura política é de apoio ao presidente da República. Minha região é agrícola, forte no agronegócio e eu sou representante do setor produtivo, um setor que apoia maciçamente o presidente Bolsonaro, da mesma forma eu tenho essa opinião. Respeito o partido a nível nacional, eles respeitam a minha posição e nunca tivemos divergência por conta disso. Agora, se for para disputar uma eleição na qual eu não possa ter essa liberdade, eu não disputarei no PSB.

O senhor pensa em trocar de legenda?

Não descarto essa possibilidade. Vai depender das conversas que vamos ter internamente dentro do partido: da base do PSB estar ou não com o governador Ronaldo Caiado. Isso é uma condicio-nante que tenho que deixar muito claro, porque se o PSB não estiver junto com o governador, eu não posso permanecer nele ou em qualquer outro partido. Uma con-dicionante minha é caminhar em apoio à reeleição do governador Ronaldo Caiado.

Site: http://tribunadoplanalto.com.br/wp-content/uploads/2021/05/Grade-TRIBUNA-DO-PLANALTO-1.pdf